

**DUARTE, Luiz Fernando; HEILBORN, Maria Luiza;
BARROS, Myriam Lins de; PEIXOTO, Clarice (orgs.).
Família e Religião.
Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.**

Ana Cláudia Ribas*

As últimas décadas do século XX, assim como estes primeiros momentos do século XXI, trouxeram consigo, em muitas instâncias da sociedade ocidental, mudanças que ocorreram dotadas de uma rapidez e uma efemeridade tão intensas que acabaram se tornando as principais características desse novo momento histórico. Estas mudanças e sua efemeridade, entretanto, apesar de atingirem também espaços tidos como tradicionais –como a família e a religiosidade–, não culminam na destruição completa de práticas e valores sociais, como se poderia concluir empiricamente, mas fazem coexistir o “novo” e o “tradicional”, numa mesma sociedade que se constrói neste ambiente de constantes mudanças e negociações.

Neste Tempo Presente, novas problemáticas e estudos emergem, balizando o entendimento dessa sociedade. Algumas dessas problematizações são construídas a partir de temas que parecem tradicionais e recorrentes em “homilias acadêmicas”, mas que se mostram ricos em suas análises, possibilitando a compreensão da complexidade e da heterogeneidade de que é composta a sociedade atual. Este é o caso da obra “Família e Religião”, organizada por Luiz Fernando Dias Duarte, Maria Luiza Heilborn, Myriam Lins de Barros e Clarice Peixoto, reunindo autores que desenvolvem seus trabalhos dentro da antropologia e da sociologia.

Trata-se de um trabalho com olhos nesta contemporaneidade, com foco em uma sociedade capaz de realizar negociações entre várias instâncias sociais, como a família, a religião e a religiosidade, mostrando os conflitos dessas com a

* Mestranda em História, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) / Brasil.

modernidade de pensamento e dos valores dessa sociedade. É importante ressaltar que as análises realizadas nesta obra não desprezam a historicidade e a experiência que, enfim, possibilitaram a existência dos contextos das “negociações” entre as crenças religiosas, o *ethos* privado e as escolhas individuais. É uma obra que deseja colocar “a questão da modernidade” percebendo-a como ainda “fortemente atrelada ao critério ‘religioso’” e que “vigora nas esferas da vida privada”, envolvendo temas como: a reprodução, a sexualidade, a produção de sujeitos sociais e as próprias relações que se dão dentro do *ethos* familiar, assim como os choques inevitáveis com os valores modernos, isto é, liberdade, igualdade, e individualidade.

Por tratar-se de uma obra nascida de um trabalho coletivo, produzida a partir de um mesmo projeto de pesquisa: “Família, reprodução e *ethos* religioso”, os temas acabam por entrelaçarem-se, possibilitando ao leitor um número maior de abordagens que enriquecem a análise sobre o tema proposto.

A obra é aberta pelo artigo: “Família, reprodução e *Ethos* religioso: subjetivismo e naturalismo como valores estruturantes”, escrito por Luiz Fernando Dias Duarte, Juliana de Melo Jabor, Edlaine Campos Gomes e Naara Luna. Neste, discute-se o *ethos* privado –enquanto espaço individualista moderno que agrega dimensões como sexualidade, reprodução, moralidade e comportamento familiar– apresentando-o dotado de dois valores básicos: o “naturalismo”, que seria a adoção da razão humana (tida como natural) para a compreensão da realidade física do mundo, e o “subjetivismo”, que se trataria da liberdade pessoal de escolha. Neste contexto do *ethos* privado, os autores, balizados a partir das novas ofertas religiosas surgidas nas últimas décadas dentro da sociedade brasileira - que especialmente atingem as camadas populares -, analisam as decisões e os comportamentos que se apresentam como discrepantes das determinações das escolhas religiosas pessoais e/ou familiares, tais como o aborto, a homossexualidade e a fertilização *in vitro*, por exemplo, percebendo que há uma “adaptação” dos discursos e das normas religiosas por parte destes fiéis, a partir de valores “naturalistas” e “subjetivistas”. Não por acaso é a área da sexualidade/reprodução a mais sensível a essa ênfase “subjetivista”, uma vez que é onde se encontram as maiores interdições religiosas, e é ainda, a que afeta mais profundamente a família, assim como a representação de gênero dos membros desta.

Dentro deste mesmo enfoque, Luiz Fernando Dias Duarte, no artigo “*Ethos* privado e modernidade: o desafio das religiões entre indivíduo, família e congregação”, prossegue a discussão de *ethos* privado, subjetividades e religiosidade, partindo da imprecisão de fronteiras entre o que poderia ser compreendido como “religioso” e “não-religioso”, assim como “público” e “privado”, no contexto do mundo contemporâneo. Assim, ao pensar a família, seus limites religiosos e não-religiosos, situa-a como sendo parte de uma “ordem pública”, e não apenas privada, pois a família está dotada de uma responsabilidade de cultivo da consciência cidadã, para a produção de uma vivência social “adequada”. Historicizando a família e sua relação com a “ordem pública”, o autor descreve, de maneira bastante interessante, a sua sistematização desde o século XVIII a partir da concepção de família restrita mínima –a família nuclear- até a política de controle do Estado moderno: a biopolítica. Sem descuidar-se da sexualidade, percebe a construção de seu espaço restrito dentro do âmbito familiar, tanto como importante auxiliar na produção das atribuições de gênero, como sua importância na ritualização do casamento e na legitimação da prole. Deste modo, direciona sua análise para relatos de alguns indivíduos entrevistados, buscando compreender consensos e discrepâncias entre as escolhas e o relacionamento que estes constroem com as congregações religiosas de que participam com suas famílias, tanto suas “família de origem” –onde eram filhos– até suas famílias constituídas ou, como trata no artigo, as suas “neofamílias”.

Com a atenção voltada para os dados do último censo e as indicações de que, no Brasil, estão ocorrendo mudanças nas famílias –novos arranjos familiares, redução dos casamentos religiosos e civis, crescimento dos lares unipessoais e lares chefiados por mulheres–, assim como na religião –uma proliferação dos grupos pentecostais e um intenso trânsito de fiéis pelas muitas possibilidades religiosas oferecidas–, a pesquisadora Maria das Dores Campos Machado, no artigo “Religião, família e Individualismo”, examina o desenvolvimento dessas tendências na classe média e elite política do Rio de Janeiro. Para a realização desta pesquisa, convém destacar a utilização da categoria gênero ao tentar perceber as orientações religiosas de seus entrevistados, relacionando-a com o contexto da família de onde provinham e/ou do qual fazem parte. Vale ressaltar ainda um interessante ponto dessa

pesquisa, quando a estudiosa pede a seus entrevistados para que definam “famílias estruturadas”, percebendo a pouca influência religiosa nestas repostas, trazendo novamente à pauta valores modernos como individualismo e liberdade de escolha.

Mas, tratando-se de estudos realizados pela perspectiva de análise da categoria gênero, ganha destaque o artigo de Naara Luna, uma vez que este entrelaça duas situações da vida social moderna: as crenças e práticas religiosas e a biomedicina –a reprodução assistida. Em clínicas de reprodução assistida, a pesquisadora entrevistou mulheres pertencentes a várias congregações religiosas, decididas a realizarem seu desejo de maternidade através intervenção médica. Buscando perceber de que maneira estas mulheres negociavam seu desejo pela maternidade com sua fidelidade aos dogmas de suas opções religiosas, a pesquisadora apresenta inúmeras contradições que são gerenciadas e legitimadas pelas próprias mulheres, numa verdadeira “negociação com a realidade”.

Esta “negociação com a realidade” também aparece com destaque em outros dois artigos dessa obra. O primeiro, “A prática do amor e amor prático. Identidade e sentimentos em uma família religiosa de classe média”, escrito por Juliana de Mello Jabor, que problematiza o amor, entendendo-o como relativo, histórico e subjetivo, mas buscando analisá-lo por uma ótica religiosa. Confrontando, assim, preceitos cristãos históricos –como aqueles pregados por pensadores como Santo Agostinho–, com as atuais configurações de família e amor, percebe-se a subjetividade fortemente destacada, com um rol de escolhas e desejos colocados em primeiro plano, mas justificados através dessas “negociações” com o campo religioso. O segundo, “Família e trajetórias individuais em um contexto religioso plural”, de autoria de Edlaine de Campos Gomes, têm como foco de análise famílias populares participantes de congregações evangélicas pentecostais, no qual objetiva compreender a religião enquanto geradora de identidades e/ou sentimentos de pertencimento dentro do grupo familiar, privilegiando os relatos de experiências e crenças. Assim, num contexto de trânsito interconfessional, e buscando compreender as motivações desse trânsito, o artigo analisa as estratégias utilizadas para adequar as escolhas pessoais com as opções religiosas, abordando conflitos ocorridos no interior da família graças a uma pluralidade religiosa resultante dos trânsitos

interconfessionais. É interessante destacar que a autora pontua muito bem, uma interessante estratégia dessa “negociação com a realidade”: o segredo. Em muitos momentos, o conflito com os demais membros da família é evitado e os transgressores –apesar de não se perceberem como tais– acabam valendo-se da proteção proporcionada pelo segredo, realizando sua “negociação com a realidade” apenas consigo mesmos.

Não há como negar a dificuldade de se abordar o tema “religião”, especialmente dentro do contexto cultural brasileiro, sem bordar o sincretismo religioso. Esta obra apresenta dois interessantes artigos sobre o tema. Em “Família e laços familiares em um contexto espiritualista”, Evangelina Maria Mazur, analisa uma peculiar família da região serrana do Rio de Janeiro, que constrói seus laços familiares não apenas por sangue ou alianças matrimoniais, mas também por relações espirituais e extra-corpóreas. Descrevendo a genealogia, tanto da “família terrena” como da “família espiritual”, a autora mostra um interessante ambiente de sincretismo religioso, a partir dos quais os laços familiares são constituídos e reforçados. Já no trabalho de Carlos Alberto Steil, “Os demônios geracionais. A herança dos antepassados na determinação das escolhas e das trajetórias pessoais”, que analisa um grupo carismático, percebe-se não a construção de laços para a constituição de uma única família, mas discursos religiosos que acabam por confundirem-se com discursos terapêuticos, em uma sofisticada teoria sobre laços familiares e geracionais, entre vivos e mortos, que muitas vezes precisam ser rompidos, pois se tratam de demônios geracionais ou hereditários, e que seriam parte de um conflito maior: a luta entre o bem e o mal. Em ambos os estudos os autores destacam o sincretismo entre catolicismo, Nova Era e religiões mediúnicas.

Enfim, a obra é concluída com dois artigos, que apesar das abordagens distintas, possuem o mesmo tema: o medo da desestruturação familiar. Patrícia Birman, no artigo “Laços sem ‘nós’: vida familiar, conflitos comunitários e percursos religiosos”, vem abordar esse tema a partir da análise de um caso ocorrido em uma escola de Paris, que por adotar uma prática pedagógica pautada no individualismo e na liberdade - uma escola alternativa, diferente das escolas públicas francesas -, acabaria tendo seu diretor envolvido em um escândalo onde este fora acusado de possuir “poderes extraordinários”. O medo descrito pela autora, por parte dos franceses, justifica-se até mesmo por meios

legais, já que na França são proibidas manifestações religiosas que sejam divergentes das grandes religiões reconhecidas, uma vez que estas seitas poderiam apresentar um grande perigo à sociedade francesa, uma ameaça à integridade da família. Já no artigo de Cecília L. Mariz, “Comunidade de vida no Espírito Santo: um novo modelo de família?”, apesar do tema ainda ser o medo da desestruturação familiar, a pesquisadora analisa as soluções pensadas pela Renovação Carismática Católica (RCC) para resolver tal problema: a formação de grupos, comunidades leigas, onde os indivíduos passariam a viver “fora dos perigos do mundo”. Para os membros da RCC as famílias nucleares contemporâneas não estariam desempenhando mais suas funções, isso graças aos valores individualistas e a sua moral sexual, assim a vida coletiva “fora do mundo” seria a alternativa capaz de proteger os indivíduos.

Em seu conjunto, todos os artigos deste livro, através dos entrecruzamentos de temáticas e abordagens, acabam contribuindo, e muito, para a compreensão de questões referentes não apenas limitadas aos seus eixos temáticos -família e religião-, mas a questões que envolvem o Tempo Presente, mostrando uma sociedade mergulhada num peculiar contexto de permanências e mudanças, onde se constrói um ambiente de constantes negociações entre a solidez e a efemeridade, que coexistem de forma a tornarem-se as características desse momento histórico.

Colaboração recebida em 8/7/2008 e aprovada em 8/11/2008.